

Resenha do capítulo “O populismo mexicano” (PRADO, 1981)

Review of the chapter "Mexican populism" (PRADO, 1981)

Gabriel dos Santos Birkhann

Aluno do 6º período do Curso de História do Centro Universitário de Patos de Minas
(UNIPAM).

E-mail: gbirkhannlegal@gmail.com

PRADO, Maria Lígia. O populismo mexicano. IN: PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 80 p. (Coleção Tudo é História).

A professora Maria Lígia Prado, graduada em História pela Universidade de São Paulo (1971), Mestre (1974) e Doutora em História Social pela mesma universidade (1982), no primeiro capítulo “O populismo mexicano” do seu livro “O populismo na América Latina”, procurou compreender o que esse fenômeno significava e analisar a sua experiência a partir do exame histórico desse país.

Falando da chegada ao poder de Lázaro Cárdenas no México, por via eleitoral, em 1934, pelo Partido Nacional Revolucionário, tendo ficado no poder até 1940, ela propõe um retrospecto ao afirmar que, para podermos entender o populismo na sua especificidade, é necessário o conhecimento do processo histórico mexicano a partir da Revolução Mexicana de 1910-1920.

A autora mostra que, desde o processo de independência política (1810-1821), as lutas no México foram marcadas pela presença de camponeses, que exigiam terras, constituindo-se esse fato em algo incomum nas lutas latino-americanas pela Independência. Já durante a segunda metade do século XIX, sobretudo sobre Porfírio Diaz (1876-1880/1884-1911), houve uma grande concentração da propriedade fundiária, ao lado do desmantelamento da tradicional propriedade comuna indígena, agravando ainda mais a situação dos camponeses mexicanos, atuando como estopim para a participação camponesa na Revolução, na qual havia reivindicações de terras para despossuídos.

A revolução camponesa de 1910, ao assumir grandes proporções, postulou modificações notáveis para toda a sociedade, havendo lutas sangrentas por 10 anos, que deixaram marcas indeléveis. Mas, se os agentes primordiais foram os camponeses, depois de 1915, a direção do movimento ficou a cargo da burguesia que, vencendo as lutas políticas, provocou as derrotas político-militares dos camponeses. A Constituição Mexicana de 1917 (elaborada por uma Assembleia Constituinte) estava fortemente marcada pelo calor dos debates político-ideológicos e das lutas armadas, sendo que, para muitos autores, a sombra dos rebeldes pairava sobre a Assembleia, fazendo com que, na Constituição, a mais avançada e progressista da América Latina à época, estivessem muitas reivindicações dos camponeses, como a reforma agrária.

Já na década de 1920, a burguesia, pressionada interna e externamente (os EUA exigiam, em troca do reconhecimento do governo revolucionário, o fim das reivindicações dos operários de empresas americanas) procurou frear as conquistas operárias e camponesas, transformando a Constituição em letra morta; ainda que a reforma agrária continuasse a se processar, mesmo que lentamente, enquanto as leis trabalhistas não eram postas em prática. De forma contundente, a Crise de 1929 repercutiu no México, gerando um agravamento da situação econômica (crise na mineração e no setor petrolífero) ao que se acrescentou uma crise na agricultura, o que levou a uma queda interna na produção e a uma baixa de preços. No México, a crise também acarretou um fenômeno conhecido como “processo de substituição de importações”, ou seja, face à crise, houve um forte estímulo para a industrialização nacional, que se tornou uma possibilidade de investimento.

A crise econômica afetou também a situação dos operários e camponeses que tiveram seus salários reduzidos, havendo desemprego e alta de preços dos alimentos, e isso contribuiu para a debilitação das organizações operárias e camponesas. Além disso, aconteceram ondas internas de migração, e o êxodo rural contribuiu para que a população urbana aumentasse de modo considerável, junto com o número de miseráveis.

Já no campo político, os trabalhadores estavam organizados, desde os anos 1920, sob a forma de diversas associações como a CROM (Confederación Regional Obrera Mexicana) apoiada pelo Estado; a Confederación General de Trabajadores (CGT), que procurava um grau de independência face ao Estado, e a Confederación Sindical Unitária de Mexico (CSUM) de origem comunista e logo lançada à clandestinidade. A crise de 1929 levou diversas dessas organizações a uma fase de decomposição política. As organizações camponesas, desde o final dos anos 20, já estavam extintas em quase todo o país, mas, ainda que não houvesse uma organização camponesa com a força da CRM, os camponeses já tinham demonstrado o seu descontentamento com relação à situação agrária do país em diversas manifestações.

O México possuía questões políticas fortes: em 1928, havia duas grandes correntes políticas antagônicas. De um lado, os partidários de Obregón, com uma política caudilhesca, e de outro, os que, ligados a Calles, propunham a consolidação institucional e a centralização do poder, superando as fragmentações pós-Revolução. A corrente vitoriosa de Lázaro Cárdenas constitui-se numa combinação das anteriores. A criação do PNR (Partido Nacional Revolucionário) por Calles foi importante para a consolidação institucional da Revolução, visto que se tornou catalisador das reivindicações e único instrumento legal de atuação. Cárdenas, sendo candidato do PNR, teve como plataforma de governo o “Plano Sexenal”: nesse plano, organizado por uma equipe do partido, consubstanciavam, segundo Octavio Ianni, alguns elementos como o papel do Estado como dinamizador das relações das forças produtivas, a redução da dependência externa e a aplicação da legislação sobre as massas operárias e camponesas.

A base do governo Cárdenas já estava lançada, não sendo, portanto, o populismo o fruto da perspectiva isolada de um homem, já que Cárdenas, como parte de um contexto histórico, responde às angústias do seu tempo. Calles, portanto, já havia dado o encaminhamento político mexicano ao dar forma a uma forte corrente de

pensamento e de ação política, na qual as organizações operário-camponesas com todas as suas reivindicações encaminharam algumas soluções encontradas por Cárdenas. A crise de 29, aprofundando as dificuldades da economia mexicana, trouxe à tona um governo mais realista e radical face à problemática a ser enfrentada. O México, começando a superar a crise em 1933, viu Cárdenas, em 1934, tomar medidas econômico-sociais que visavam a superação da crise e o crescimento das forças produtivas capitalistas.

Prado, então, pergunta: o que foi o governo Cárdenas e no que ele se distinguia dos demais? Segundo a historiadora, em primeiro lugar, a sua postura face ao problema agrário-camponês, dinamizando a reforma agrária e dando um duro golpe no latifundismo, já delineia o perfil de seu governo, no rastro da Revolução Mexicana, já que, em 1930, a população mexicana era preponderantemente rural. Todavia, nos anos 1930, aconteceram mudanças econômicas importantes, com a indústria constituindo-se num setor dinâmico.

O Estado cardenista tinha um papel ativo nessa mudança, estimulando o capitalismo mexicano ao mesmo tempo em que procurava responder, de maneira incisiva, às aspirações operárias. Para resolver os problemas dos operários, Cárdenas somente cumpria a lei, já que pela Constituição de 1917 os direitos operários estavam garantidos, de modo avançado para a época. Desse modo, diversas greves ocorreram de maneira legal, sem a intervenção do Estado, já que Cárdenas, cumprindo a lei, entendia-as como legais.

Os patrões e a burguesia encaravam as ações de Cárdenas (doação de terras e aceitação de greves) de modo inconformado, pressionando-o para que pusesse termo às suas ações; não tendo, em um primeiro momento, as vantagens que obtinham, já que Cárdenas, ao lado do “social”, buscava incentivar o capitalismo mexicano, desenvolvendo um vasto programa de obras públicas, o que abria novas possibilidades para investimentos, aumentando a demanda de produtos privados. Além disso, criou bancos e financiadores e vitalizou outras já existentes, sendo tudo isso um arcabouço para a dinamização econômica, gerando o fortalecimento econômico da burguesia, que mesmo assim não estava satisfeita com a prática do líder populista de solução das demandas sociais, além do fato de estar temerosa de um avanço da estatização, já que o Estado havia investido bastante em setores de base.

Com a nacionalização das empresas estrangeiras de petróleo em 1938, criou-se a Petroleos de Mexico, S.A (PEMEX), sendo o Estado o monopolizador da exploração de petróleo e esse ato o primeiro do gênero na América Latina. Essa ação foi feita devido à negativa das empresas estrangeiras em atender às solicitações operárias, gerando uma intervenção do Estado que resolveu o impasse via expropriação. Tal ação gerou diversas críticas, não só dos países interessados (EUA, Inglaterra, Holanda) como de setores da burguesia mexicana ligados ao capital estrangeiro.

Segundo alguns autores, a situação internacional (iminência da guerra, entre outros) teria sido um dos fatores que não levaram a uma intervenção direta dos EUA no México. A nacionalização das estradas de ferro, feita em 1937, afetou diretamente os EUA, já que, desde o século XIX, as estradas mexicanas eram somente prolongamentos das americanas, visando à exportação de matéria-prima nativa para o país vizinho.

Todavia, os investimentos estrangeiros não sumiram, apenas se restringiram em algumas áreas, como a petrolífera.

Nesse período, os traços do populismo mexicano começam a ficar mais claros: a política de concessão de benesses aos trabalhadores rurais e urbanos, o empenho em fazer avançar o capitalismo e as pinceladas nacionalistas em um crescimento autônomo, como também a organização das massas trabalhadoras. A recuperação do papel das massas no processo político feita por Cárdenas constituía-se não só em um reconhecimento do papel das mesmas como elemento central de sua política revolucionária, mas também era um modo de convertê-las num elemento ativo da Revolução, por meio da organização das mesmas pelo Estado, onde encaminhariam suas reivindicações. Para Arnaldo Córdova, Cárdenas não via as massas como algo manipulável, mas como trabalhadores que obteriam e manteriam melhores condições de vida através de sua luta.

Com esse fim, Cárdenas criou a Confederação Nacional Camponesa (1935) e a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (1936), que existiriam sob subsídio do governo, constituindo-se nos mais importantes grupos de reivindicação. A antiga CROM, por causa de um processo de decomposição política, via acontecer a dispersão das organizações sindicais a ela vinculadas. Em 1932, Vicente Lombardo, um dos líderes da CROM, rompe com Morone e, em 1933, organiza a Confederación Geral de los Obreros e Camponeses de Mexico (CGOCCM), preconizando o uso de armas como tática de luta. Ainda que a CGOCCM não tivesse apoiado Cárdenas, Lombardo, como líder do CTM, já estava subordinado ao governo populista. A consolidação da CNC, com o seu reconhecimento pelo governo, se deu em 1938, com a introdução nela de sindicatos de assalariados rurais da CTM, selando a separação entre trabalhadores urbanos e rurais.

Cárdenas, em 1938, reformulou o PNR, o que institucionalizou as reivindicações populares, ao estruturar de tal forma o partido que estabeleceu uma cadeia inquebrantável entre os trabalhadores, o Partido e o Estado. Para grande parte dos autores, a transformação do PNR em Partido da Revolução Mexicana (PRM) e mais tarde em PRI (Partido Revolucionário Institucional) significava a corporativização da sigla, com a divisão da mesma em quatro setores: operário, camponês, popular e militar (depois desaparecido). Portanto, os membros do partido não entravam no mesmo como indivíduos, mas como trabalhadores, com o PRM consagrando a autonomia de cada uma dessas alas, o que gerava isolamento, já que, em uma ala, não era possível a admissão de elementos de outra. Além de tudo, os membros se comprometiam a não executar atos de natureza político-eleitoral.

O apoio e a mobilização das massas ao regime cardenista foram entusiastas e permanentes, conseguindo, o regime, a partir da reestruturação do PRM, fortalecer o aparelho estatal através da adesão das massas. A partir de 1938, as manifestações e movimentos grevistas arrefeceram, após o término da organização dos trabalhadores em centrais, com o Estado defendendo que, conquistadas as metas, era preciso defendê-las.

Com esse refluxo das massas, Cárdenas caminhou mais à direita, fazendo concessões aos grupos mais conservadores. Tal refluxo, aponta a autora, demonstra uma característica do populismo: faz concessões à massa, mas numa nítida tentativa de

conciliação nacional. Cárdenas tinha, demonstra a autora, uma perspectiva própria sobre seu governo, já que se pretendia tradutor verdadeiro das massas mexicanas, defendendo sua inclusão no jogo político, sendo elas tidas como o motor do progresso junto com a “classe capitalista”, devendo toda sociedade colaborar para o progresso do México, meta cardenista. O Estado devia ter, portanto, o papel de mediador social, subordinando interesses particulares a um projeto nacional comum. Sua meta para o México se resumia em um desenvolvimento nem capitalista – com seus abusos – nem socialista – ainda que muitos documentos anunciassem uma via socialista no futuro.

Para Cárdenas, a Revolução Mexicana deixara uma marca no país, caracterizando-se por ser uma síntese dos dois sistemas. A política trabalhista de Cárdenas, conclui a autora, pode ser resumida em alguns pontos: o governo enquanto árbitro, as demandas operárias devem ser consideradas dentro das possibilidades econômicas das empresas, a não-intervenção dos empresários nas organizações trabalhadoras.

Para Prado, suas afirmações são claras, já que Cárdenas, coerente com o seu projeto, esclarecia as suas proposições, indicando, de forma límpida, sua perspectiva a respeito da situação histórica mexicana ao indicar aos empresários que eles deveriam cumprir de boa-fé com a lei (trabalhista), já que a opressão e a tirania industrial juntas a necessidades insatisfeitas são explosivos que podem determinar a perturbação tão temida por eles. Prado conclui, então, afirmando que Cárdenas, no seu período governamental, realizou uma política social favorável às aspirações camponesas e operárias e que também estimulou o capitalismo, fortaleceu o Estado, nacionalizando alguns setores econômicos e que, ao lado de uma retórica nacionalizante (com um artigo da Constituição propondo uma educação socialista), Cárdenas deixava bastante evidentes os limites de seu projeto social, já que a estrutura econômico-social mexicana não foi alterada basicamente, mantendo-se dentro dos parâmetros impostos pela acumulação e reprodução do capital.

Maria Lígia Prado, ao escrever sobre o fenômeno populista mexicano, o analisa desde as suas raízes históricas (a Revolução Mexicana), demonstrando a ambiguidade do projeto cardenista e suas origens, com um texto claro e rápido de ser lido, mas nem por isso incompleto ou realizado sem estudo. Esse texto insere-se no rol dos textos destinados a um público mais amplo, necessitando somente de um mínimo conhecimento prévio sobre o assunto, já que foca especificamente o fenômeno mexicano. Portanto, o texto deve ser lido por todos os que desejam ter uma visão estilisticamente bem construída e sintética do populismo mexicano.

Referências

MARIA LÍGIA COELHO PRADO. Disponível em:

<<http://historia.fflch.usp.br/docentes/lcprado>>. Acesso em: 01 out. 2015.

PRADO, Maria Lígia. O populismo mexicano. IN: PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 80 p. (Coleção Tudo é História)